

MESTRADO EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL**(Edição 2018-2020)**

Nos termos do Decreto-Lei nº 42/2005, de 22 de fevereiro, do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, com as alterações que lhes foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 115/2013, de 7 de julho, e demais legislação aplicável.

Ao abrigo do Despacho n.º 31161/2008, de 19 de novembro (Diário da República, 2.ª série, n.º 234, de 3 de dezembro), que publica a caracterização e plano de estudos do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local a ministrar na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, cujo funcionamento foi autorizado por despacho de 23 de outubro de 2008, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 16871/2011, de 14 de novembro de 2011 (Diário da República, 2.ª série, n.º 239, de 15 de dezembro de 2011) e ainda pelo Despacho n.º 3163/2017, de 13 de abril (Diário da República, 2.ª série, n.º 74, de 13 de abril). O ciclo de estudos está registado na Direcção-Geral do Ensino Superior com o número R/A-Ef 382/2011/Al01 (27.02.2017).

No cumprimento do Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente à Obtenção do Grau de Mestre pelo Instituto Politécnico de Coimbra — Despacho n.º 19151/2008 de 17 de Julho, publicado na 2ª Série do Diário da República, n.º 137, alterado pelo Despacho n.º 7994/2011 de 2 de Junho, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 107 e com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 11574/2012 de 27 de agosto, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 165, pelo Despacho n.º 2032/2014 de 7 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 27, e pelo Despacho n.º 5636/2015, de 27 de maio, publicado no Diário da República 2ª Série, n.º 102, faz-se saber que está aberto concurso de acesso ao referido ciclo de estudos, a iniciar no ano letivo de 2018/2019, o qual se rege pelas seguintes disposições:

1. Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre:

a) Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal, conferido por instituição de ensino superior nacional;

b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro, conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;

c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro, que seja reconhecido, pelo conselho técnico-científico da ESEC, como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado;

d) Detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido, pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC, como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos.

1.1. O reconhecimento a que se referem as alíneas b), c) e d) do n.º 1 tem apenas como efeito o acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre, não conferindo ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou o reconhecimento desse grau.

2. As candidaturas são efetuadas on-line, através do endereço <https://secretaria-virtual.esec.pt/cssnet/page> sem prejuízo do disposto no n.º 1 do art. 9º do Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente à Obtenção do Grau de Mestre pelo Instituto Politécnico de Coimbra — Despacho n.º 5636/2015, de 27 de maio.

No processo de candidatura deve ser anexado:

a) Documentos comprovativos das habilitações de que o candidato é titular, com informação das classificações finais (no caso de documento estrangeiro, o candidato deverá apresentar, também, a respetiva tradução);

b) Curriculum vitae;

c) Documentos comprovativos das informações fornecidas no curriculum vitae (opcional);

d) Digitalização do IBAN (para que possam ser devolvidos os montantes pagos caso o curso não venha a funcionar).

3. Os prazos fixados são os seguintes:

1ª Fase:

- Candidatura: da data da homologação a 27 de maio de 2018;
- Afixação da lista de candidatos admitidos a concurso: 1 de junho de 2018;
- Reclamações: 4 de junho de 2018;
- Decisão sobre as reclamações e afixação da lista seriada dos candidatos admitidos: 5 de junho de 2018;
- Reclamações: 6 de junho de 2018;
- Decisão sobre as reclamações e afixação de lista seriada definitiva: 7 de junho de 2018;
- Matrícula e inscrição: 11 a 15 de junho de 2018.

3.1. No caso de não serem preenchidas todas as vagas na primeira fase do concurso, realizar-se-á uma segunda fase de candidaturas com a seguinte calendarização:

2ª Fase:

- Candidatura: de 8 de junho de 2018 a 18 de julho de 2018;

- Afixação da lista de candidatos admitidos a concurso: até 24 de julho de 2018;
- Reclamações: 25 de julho de 2018;
- Decisão sobre as reclamações e afixação da lista seriada dos candidatos admitidos: 26 de julho de 2018;
- Reclamações: 27 de julho de 2018;
- Decisão sobre as reclamações e afixação de lista seriada definitiva: até 30 de julho de 2018;
- Matrícula e inscrição: 1 a 8 de agosto de 2018.

3.2. No caso de não serem preenchidas todas as vagas na segunda fase do concurso, realizar-se-á uma terceira fase de candidaturas com a seguinte calendarização:

3ª Fase:

- Candidatura: de 31 de julho até 16 de setembro de 2018;
- Afixação da lista de candidatos admitidos a concurso: 21 de setembro de 2018;
- Reclamações: 24 de setembro de 2018;
- Decisão sobre as reclamações e afixação da lista seriada dos candidatos admitidos: 25 de setembro de 2018;
- Reclamações: 26 de setembro de 2018;
- Decisão sobre as reclamações e afixação da lista seriada definitiva: 27 de setembro de 2018;
- Matrícula e inscrição: 28 de setembro a 4 de outubro de 2018.+

3.3. No caso de não serem preenchidas todas as vagas na terceira fase do concurso e verificado o número mínimo de matrículas conforme ponto 5 deste Edital, realizar-se-á uma quarta fase de candidaturas com a seguinte calendarização:

4ª Fase:

- Candidatura: de 28 de setembro até 31 de outubro de 2018;
- Afixação da lista de candidatos admitidos a concurso: 5 de novembro de 2018;
- Reclamações: 6 de novembro de 2018;
- Decisão sobre as reclamações e afixação da lista seriada dos candidatos admitidos: 7 de novembro de 2018;
- Reclamações: 8 de novembro de 2018;
- Decisão sobre as reclamações e afixação da lista seriada definitiva: 9 de novembro de 2018;
- Matrícula e inscrição: 12 a 16 novembro de 2018.

4. Sob proposta do Presidente da ESEC fixa-se em 30, o número de vagas colocadas a concurso para ingresso no mestrado, tendo as candidaturas a reingresso prioridade no preenchimento de 2 vagas.



[Handwritten signature]

5. O curso funciona em regime pós-laboral (às sextas-feiras das 14.30 às 17.30 horas, sem obrigatoriedade de presença, e das 18.30 às 22.30 horas, aos sábados todo o dia). A abertura do curso fica sujeita à existência de um número mínimo de 16 alunos (para este efeito não são contabilizadas as matrículas ao abrigo do Regulamento de Apoio à Formação Superior do Pessoal Não Docente Do IPC), sendo que a data limite para a decisão sobre a abertura do mesmo será 8 de outubro de 2018. Caso o Mestrado em Educação e Lazer venha a entrar em funcionamento o número mínimo passará para 12 alunos.

6. O curso de mestrado compreende dois anos letivos, decorrendo a presente edição outubro de 2018 e outubro de 2020, de acordo com o Calendário Escolar definido pelo Diretor de Curso, consultado o Conselho Pedagógico. A data limite para entrega da dissertação/trabalho de projeto/relatório de estágio será 30 de outubro de 2020.

7. O modo de cálculo da classificação final do Mestrado resulta da média ponderada em função do número correspondente de ECTS, arredondada às unidades (considerando como unidade a fração não inferior a cinco décimas), das classificações obtidas pelos estudantes nas unidades curriculares que integram o respetivo plano de estudos. A classificação será expressa no intervalo da escala numérica inteira de 0 a 20 e no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificação. Em caso de aprovação, a classificação final do Mestrado é expressa por um valor do intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20 e no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificação.

8. São devidas:

- a) Uma taxa de candidatura – 75 € (Ficam isentos os estudantes que no ano letivo anterior tenham concluído uma licenciatura no IPC);
- b) Uma taxa de matrícula no 1.º ano – 150 €;
- c) Uma taxa de inscrição nos anos subsequentes – 75 €;
- d) Propinas edição 2018/2020 – 2.100€ (1.050€/ano); Aguarda aprovação do Conselho Geral do IPC.
- e) Propina de prorrogação, se aplicável – 262,5€. Aguarda aprovação do Conselho Geral do IPC.

9. Todas as informações relativas a Estrutura curricular, plano de estudos e créditos; Processo de creditação; Concretização das componentes relativas ao curso de mestrado e dissertação/trabalho de projeto/relatório de estágio; Regimes de precedências e de avaliação; Regras a observar na orientação e na coorientação e processo de atribuição da classificação final devem ser consultadas no Regulamento do Mestrado, disponível no *site* institucional da ESEC e no Regulamento de Creditação do IPC, disponível em: <http://dre.pt/pdf2sdip/2014/02/024000000/0347703483.pdf>.

10. Os critérios de seleção e de seriação dos candidatos podem ser consultadas no Regulamento do Mestrado, em caso de empate devem ser aplicados por ordem os seguintes critérios: média final do curso de licenciatura mais elevada;



**POLITÉCNICO
DE COIMBRA**

classificação atribuída ao currículo profissional mais elevada; data de nascimento mais antiga.

11. Às situações não contempladas no presente Edital aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março e no Regulamento do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre do IPC (Despacho n.º 5636/2015, de 27 de maio), sendo os casos omissos decididos pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC, ouvido o Diretor de Curso.

A Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra,

(Cândida Malça)